



A BÁRBARA INVASÃO DOS RATOS: PESTE BUBÔNICA EM CAMPINA GRANDE (1912)

Azemar dos Santos Soares Júnior¹
Universidade de Brasília

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a epidemia de peste bubônica na cidade de Campina Grande em 1912, bem como, as medidas de higiene publicadas pelos jornais da época. Foram medidas que compreendem desde a limpeza corporal, asseio de casas, ruas, bairros e em especial as regiões consideradas insalubres e ameaçadoras. A peste bubônica foi uma moléstia que sempre esteve presente no imaginário do medo em todos os povos e épocas, em especial, na Paraíba por não possuir um serviço de higiene eficiente que impedisse a sua chegada ao estado. Problematicamos ainda a bubônica e suas metáforas para percebermos por meio das notícias as sensibilidades dos sujeitos infectados. Para isso, utilizamos notícias vinculadas nos jornais *A Imprensa* e *A União*, além das inúmeras medidas solidificadas em leis e decretos criados para afastar a peste maligna.

Palavras-chave: Peste bubônica, higiene e sensibilidade.

Abstract: This article has the objective to analysis the bubonic plague epidemic in the city of Campina Grande at 1912, as well, the hygiene measures published by newspapers of the time. Were measured comprising since body cleansing, cleanliness of houses, streets, neighborhoods and especially regions considered unhealthy and threatening. The bubonic plague was a disease that always been present in the imagery of fear in all people and time, especially, in the Paraíba by not having an efficient hygiene service that preventing their arrival in state. We also problematize the plague and its metaphors to realize through the news the sensitivities of the individuals infected. For this, we use linked stories in the newspapers *A Imprensa* e *A união*, besides the various measures solidified in laws and decrees designed to remove the malign plague.

Keywords: bubonic plague, hygiene, sensitivities.

“Quase todos os pequenos animaes de laboratório são muito sensíveis ao micróbio da peste. Este em cultura é muito pouco resistente, não só aos desinfectantes como aos naturais elementos de desinfecção (desecação, arejamento, luz, etc). Quando porém, protegidos por uma ganga albuminosa, como acontece nos escarros, pus, etc, os bacilos resistem muitos aos agentes destruidores”².

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UnB, mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa sobre o tema da História da saúde e das doenças, medicalização escolar e higiene. Email: <azemarsoares@hotmail.com>.

² *A União*, 09 out. 1912.



Uma doença de ação rápida, um tipo alarmante e aterrador. Com essas metáforas, a edição de 3 de outubro de 1912 do jornal *A Imprensa*³ narrava os efeitos do *mal pestilento* que se desprendia dos corpos dos ratos, se alastravam aos corpos de homens e mulheres e anunciava o terror: “Conforme já é do domínio público, a peste bubônica acaba de manifestar-se na cidade de Campina Grande”. Se no século XIX o cólera morbus e a febre amarela foram os hóspedes indesejados, no início do século XX foi a vez da peste bubônica ocupar a vaga das enfermidades que entrava sem pedir licença. Representava uma invasão rápida, “mais cruel que a dos cangaceiros”. Contagiosa, a peste bubônica chegou à cidade de Campina Grande de forma misteriosa e passou a ser temida de modo bastante incisivo pela sociedade.

Foram inúmeros os questionamentos que surgiam sobre a doença dentre os campinenses, bem como, aqueles profissionais que se dedicavam ao *Serviço de Higiene*. O que fazer quando uma doença que causa tanto medo começa a se alastrar numa cidade? Quais precauções tomar? Como higienizar se a cidade não dispõe de um serviço de higiene, bem como, de uma educação hígida? Seria a peste bubônica sinônimo de morte? Independente do questionamento, na data da primeira publicação no jornal *A Imprensa* acerca da doença, já se registrava vinte e uma mortes causadas pela peste bubônica⁴.

Neste artigo, pretendo mostrar, como os jornais, *A Imprensa* e *A União*⁵, publicaram normas de conduta para a população. Eram notícias e correspondências

³ O jornal católico *A Imprensa* foi fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Surgiu em um período de transformação na estrutura social brasileira com a implantação da República, a laicização e o início da romanização da Igreja Católica no Brasil e sua expansão com a criação de novas dioceses. Em 1903 fechou suas portas por falta de recursos para sua manutenção, reaparecendo apenas em 1912. Por questões políticas o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal e depois de dois dias mandou reabri-lo, porém sua reabertura só se deu em 1946, período em que passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968. Seu acervo encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba. Cf.: VELOSO, Ricardo Grisi. História de *A Imprensa*. **Caminhando Juntos**. Páscoa não deve ser só chocolate. João Pessoa, n. 8, p. 5, abr. 2003.

⁴ A *peste bubônica*, chamada simplesmente de peste, é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada por [Bacillus pestis](#), que é transmitido ao homem pela pulga do rato. A pandemia mais conhecida da doença ocorreu no fim da [Idade Média](#), ficando conhecida como [Peste Negra](#), quando dizimou grande parte da população européia. Os infectados com a doença apresentam febre alta, delírio, dores pelo corpo e finalmente, os bubões. Ver: LE GOFF, Jaques. **As doenças tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

⁵ Jornal oficial do Estado da Paraíba, fundado a 2 de fevereiro de 1893, no Governo de Álvaro Lopes Machado, é o terceiro jornal mais antigo em circulação no Brasil.



concedidas aos jornais diretamente pelos médicos sanitaristas do *Serviço de Higiene Pública da Parahyba*. Reportagens que faziam referência ao que deveria ser feito para evitar o contágio, apresentavam cuidados básicos de profilaxia, mantinham a população informada e, ainda, faziam severas críticas a má atuação da política sanitária estadual, no caso do jornal *A Imprensa*. Portanto, esse passeio em meio ao mundo das doenças, tem por objetivo perceber a atuação do *Serviço de Higiene* diante da peste bubônica na cidade de Campina Grande, através dos jornais.

Metodologicamente, diálogo com a História Cultural para discutir a atuação do *Serviço de Higiene* em época de epidemia que ficou popularmente conhecida como “peste”. Para isso, me aproprio dos discursos médicos publicados diariamente, e que buscavam “zelar pelo bem da saúde pública”, evitando assim, a proliferação da enfermidade para as demais localidades do estado da Paraíba, em especial para a capital. Não bastava apenas informar a população, mas conscientizar. Para isso, passo a problematizar por meio das notícias de jornais a peste bubônica trazida pelos trilhos dos trens, as ações danosas sobre as pessoas e as medidas de profilaxia e higiene.

Great Western: da modernidade ao pesadelo

As linhas ferroviárias que ligavam as cidades eram cotidianamente movimentadas devido às trocas econômicas e ao fluxo de passageiros que se deslocavam. Não seria diferente na Rainha da Borborema⁶ que nesse momento se destacava por sua produção algodoeira. Provavelmente, algum trabalhador ou comerciante infectado com a doença teria sido o condutor da peste, ou até mesmo, ratos que embarcavam escondidos nos vagões da *Great Western* e desembarcaram em Campina Grande. Com tráfego diário, a *Companhia Great Western* mantinha a cidade em contato com outras cidades próximas, além de ser local de passagem, limite entre o litoral e o sertão.

A edição de 16 de abril de 1912 do jornal *A União* trazia o anúncio da *The Great Western Of Brazil Railway Company Limited*, informando a população paraibana dos

⁶ Nome pelo qual é conhecida a cidade de Guarabira, primeiro pela sua localização geográfica – no centro da Borborema, e por seu destaque econômico na região.



novos horários de partida e de chegada entre as estações passando a vigorar a partir de 22 do mesmo mês. Os novos horários conduziam passageiros que se deslocavam entre as cidades para negociar, rever seus familiares, receber o progresso ou simplesmente para se infectar pelo pesadelo da peste bubônica.

As primeiras estradas de ferro do estado da Paraíba foram construídas ainda no século XIX, porém contemplavam apenas algumas cidades mais próximas da capital, ligando-as com os estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Da cidade da Parahyba, então capital do estado, partia a estrada de ferro Conde D`Eu, chegando em 1881 a cidade de Sapé onde nasciam as bifurcações, estendendo-se dali até a cidade de Mulungú em 1882, para Pilar e Itabaiana em 1883, para Independência (antigo nome da cidade de Guarabira) em 1884 e para Alagoa Grande em 1901. Já nas primeiras décadas do século passado, o itinerário também tinha um trajeto que ligava as cidades de Independência à capital do Rio Grande do Norte. Para a realização desse trajeto a população dispunha do serviço ferroviário nas segundas, quartas e sextas no sentido Natal – Independência, e nas terças e quintas Independência – Natal⁷.

Em um documentário intitulado *Great Western – A chegada do trem a Campina Grande*⁸, disponível nas páginas da internet, visualiza-se como a chegada da linha de ferro até aquela cidade seria sinônimo de progresso. Teria sido na administração do então prefeito Christiani Lauritzen, ou simplesmente, *o gringo*, como era conhecido. Sua proposta era estender os trilhos até a cidade de Campina Grande, para isso, dispunha de dois bicos de ferro, que poderiam vir de Alagoa Grande ou de Itabaiana. Mesmo possuindo o dobro de distância, foi resolvido construir a ligação pela cidade de Itabaiana, não apenas pela questão dos custos, mas também porque possibilitava o contato com a capital paraibana, bem como com a cidade de Recife. Em 1907 estava construída a estrada de ferro. Chegava agora, nas palavras da professora Maria José de Oliveira⁹, a modernização “nos termos urbanos, nos termos de reforma, de higienização da cidade, de reforma estrutural e de pensar a sua população, vão ser construídos cinemas, cassinos e a influência da moda francesa”.

⁷ *A União*, 16 abr. 1912.

⁸ **Great Western – A chegada do trem a Campina Grande**. Direção de Milto. Campina Grande. 2009. 9:56 min. Vídeo, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=It 84 pggqQHY>.

⁹ Idem.



Com um forte pólo econômico algodoeiro, a cidade de Campina Grande passou a transportar seus produtos mais agilmente, realizando suas trocas econômicas com a capital e também com o estado de Pernambuco. Permitiu ainda a entrada de novos padrões de condições de vida, de comportamento, de sedução, de modernidade. Permitiu a chegada do indesejado: a peste bubônica.

Em reportagem do jornal *A Imprensa*, evidencio um dos motivos que fez com que Campina Grande fosse imediatamente afetada pelo mal: “Cidade grande, muito habitada, ponto terminal da estrada de ferro, afluindo para ali, devido ao aumento do commercio, grande massas de pessoas de todas as partes [...] não possui Campina o mais insignificante serviço de hygiene”¹⁰.

A ausência de higiene pública muito contribuiu para a proliferação do mal, dificultando assim o combate a doença. Outras cidades já haviam vivenciado o drama da peste bubônica, era o caso de Recife registrada em 1902¹¹. Nos primeiros anos de 1912, a capital pernambucana também registrou alguns casos da peste, fato que possibilitou erguer opiniões publicadas nos jornais assegurando ter vindo de lá a peste dos ratos, especialmente em tempos de comércio entre as duas cidades. Não sabemos ao certo se quem primeiro chegou a Campina Grande para transmitir a doença fora o bacilo ou o rato, o que se sabe é que a peste chegou de trem. E agora? O que fazer?

*Os médicos daqui haviam verificado ultimamente apenas um caso de peste bubônica. Agora apareceu outro caso suspeito, accusando o doente de symptomas pestoso, como febre, dores pelo corpo, e ínguas. Os médicos seguiram nesse momento para o domicilio desse doente e já foram resolvidos a criminal-o. Posso adiantar tratar-se de mais um caso de peste*¹².

Na manhã de nove de outubro de 1912 circulava pelas ruas da cidade da Parahyba o jornal *A União* informando a população dos casos de peste bubônica que

¹⁰ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

¹¹ O jornal *A União* publicou informações sobre a peste em Santos no ano de 1899. “Daí estendeu-se para São Paulo, Rio de Janeiro, Campos, Niterói, São João da Barra, Petrópolis, Fortaleza, Porto Alegre, Paranaguá, Recife, Vitória, Aracaju, Belém, São Luiz do Maranhão e São Salvador da Bahia”. A Paraíba não era o primeiro estado a sofrer com a moléstia, outras regiões já haviam registrado centenas de mortos pela doença.

¹² *A Imprensa*, 7 out. 1912.



havia assolado a cidade de Campina Grande. Em formato de artigo, a notícia tinha como título “PESTE BUBÔNICA”, em letras maiúsculas e em destaque. Era preciso informar a população sobre o que era a doença, era preciso pedir ajuda, era preciso impedir que o mal se alastrasse para outras cidades.

A edição chamava “a atenção do nosso leitor, visto que tratava-se de matéria que nos interessa agora que estamos infelizmente com a epidemia manifestada em Campina Grande¹³”. Logo abaixo, a notícia expõe a definição e a microbiologia da doença. Era um artigo escrito pelo Sanitarista Oswaldo Cruz, cedido para o jornal *A União* a pedido do então Inspetor de Saúde dos Portos do Estado da Paraíba, o Dr. Flávio Maroja. Para melhor analisarmos, optamos por descrever a definição exposta pelo artigo:

DEFINIÇÃO: A peste é uma moléstia infectuosa e epidêmica caracterizada, na maioria dos casos, pela presença de bubões e produzida por um bacilo específico – o bacilo Yersin-Kitasato. A peste é uma moléstia aguda e febril microbiana, essencialmente contagiosa transmitindo-se de individuo a individuo por intermédio dos insetos, dos animais, da poeira e dos alimentos¹⁴.

Ao expor a “epidemiologia” da peste, o autor faz um passeio por todas as cidades brasileiras, que até o ano de 1912 sofreram as ações da bubônica, dando ênfase a cidade do Rio de Janeiro, que em 1905 sofreu os maiores danos, contabilizando “2.486 pessoas que sucumbiram de peste¹⁵”. Os lugares mais afetados pela enfermidade no Rio de Janeiro tinham as mesmas características da Cidade de Campina Grande, eram os pontos “mais comerciais, onde abundam casas de comestíveis, assim como, os bairros habitados por proletários¹⁶”. O artigo ainda faz referência à microbiologia da doença na perspectiva de informar a população sobre “a importância do conhecimento morfológico¹⁷”, pois assim, os médicos sanitaristas conheceriam as formas de combater o mal. Vejamo-nas:

¹³ *A União*, 09 out. 1912.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *A União*, 12 out. de 1912.

¹⁶ *Idem*, p. 13.

¹⁷ *Idem*.



MICROBIOLOGIA: O micróbio da peste é um cocco-bacillo atracado, quando colhido num bubão é um ponto mais longo quando provém do sangue. Cora facilmente pelas cores da anilina, sendo a matéria corante fixada mais intensamente pelos poros do bacillo, o qual apresentam um espaço central não corado. Vezes que há o bacillo apresenta sob a forma espherica não só no bubão senão também nas culturas. [...] As formas de involução são communs¹⁸.

É no mínimo estranho que o jornal oficial do Governo do Estado da Paraíba traga em seu conteúdo apenas duas reportagens sobre a peste bubônica em Campina Grande. O número de vítimas é omitido, assim como a atuação do *Serviço Público de Hygiene*. Durante todo o mês de outubro de 1912, em que as notícias eram diárias nos jornais *A Imprensa* e em *O Norte*, no jornal *A União*, me deparo apenas com duas reportagens. Uma referente ao artigo sobre a peste acima apresentado e outro contendo algumas medidas higiênicas no combate a proliferação. Outra evidência da provável omissão do Estado deu-se através da diretoria do *Serviço de Hygiene* que não publicou o relatório acerca da atuação dos médicos sanitaristas, bem como do estrago causado pelo mal.

Um dos pontos de inquietação do jornal *A Imprensa*, foi a não publicação e/ou apresentação ao Governo do Estado do Relatório com os dados da peste bubônica na cidade de Campina Grande. Em entrevista ao Diretor da *Repartição de Hygiene Pública*, o Dr. João Teixeira de Vasconcelos, publicada na edição de 03 de outubro de 1912 observa-se:

- *Jornalista: - Mas, Dr. Desculpe a pergunta, parece que o governo não mandou publicar o relatório dos trabalhos dessa comissão...*
- *Médico: - Relatório?... Nós não apresentamos um relatório propriamente ao governo porque nos demoramos pouco em Campina Grande, e de viva voz, dissemos ao Dr. João Machado tudo o que nos cumpria. Posso assegurar que foram tomadas todas as medidas que o caso exigia, na conformidade dos recursos de que dispõe a repartição a meu cargo¹⁹.*

¹⁸ Idem.

¹⁹ *A Imprensa*, 3 out. 1912.



A atuação da *Repartição de Hygiene* também parece ter sido mínima diante a epidemia que se alastrava pela fria cidade campinense. Ao receber a notícia de que havia casos suspeitos de bubônica em Campina Grande, o governo do Estado mandou seguir para aquela cidade “uma comissão de profissionais composta do Dr. João Teixeira de Vasconcelos, diretor da *Repartição de Hygiene*, e do Dr. Otávio Soares, médico da mesma repartição²⁰”. Tal comissão partiu da cidade da Parahyba em 28 de agosto e retornou dois dias depois, confirmando a má atuação desta comissão diante os casos de peste. Seria improvável que medidas enérgicas fossem tomadas ali para conter ou diminuir a proliferação da doença, trabalho que ficou a cargo dos chamados *Delegados de Hygiene*, exercido pelo Dr Chateaubriand Bandeira de Melo e ainda um delegado extraordinário comissionado pelo governo, o Dr. Seixas Maia e o Dr. Lemos Júnior, médico da hygiene. A comissão extraordinária rumou para Campina Grande em meados do mês de setembro “com ordens do governo para empregar todos os meios tendentes a debelar o terrível mal²¹”.

Nos armazéns dos comerciantes infestados de ratos, podiam-se encontrar facilmente os *soldados da peste* vivos ou mortos. Era um sinal evidente de propagação da bubônica. Nos armazéns de algodão, por exemplo, do Snrs. Zumba Monteiro, João Vieira e F.H. Vergara & Cia, ou até mesmo na casa do Sr. Augusto de Brito Lyra apareceu uma grande quantidade de ratos mortos. Um empregado do tal armazém “logo depois que retirou os ratos mortos, foi acometido do mal e morreu²²”.

Insatisfeita com o pouco interesse em acudir os acometidos pela peste, a população campinense, em especial os comerciantes, contrataram um médico especializado em bactérias para encontrar formas de combater a doença e estabelecer medidas preventivas. É o que observamos no telegrama abaixo:

Campina Grande, 5 – O Dr. Octávio de Freitas por diversos commerciantes desta praça, a fim de fazer aqui o exame bacteriológico que reputamos o único meio capaz de afirmar ou desmentir cathegoricamente ser realmente peste bubônica a doença estranha que aqui appareceu, como também esperamos que o Dr.

²⁰ Idem, p. 03.

²¹ Idem.

²² Idem, p. 04.



Octávio de Freitas venha nos dar a verdadeira orientação a respeito das medidas que devem ser postas em pratica para combater o mal e desaparecer o pânico de que se acha apoderada a população campinense, pânico esse que tem sido grandemente prejudicial ao commercio desta importante cidade. – Correspondente²³.

Não era apenas trazer para a cidade um especialista no assunto, mas num profissional de confiança dos próprios comerciantes que já se sentiam prejudicados com a ação da epidemia. Manter comércio em Campina Grande nesse momento era sinônimo de contágio, e nenhuma cidade queria o mesmo destino para si. O inconformismo com a *Repartição de Hygiene* era tanta que o jornal *O Norte* publicou um telegrama acusando os políticos municipais e estaduais a “responsabilidade sobre o referido mal”, pois até então “não foram tomadas as medidas necessárias a fim de evitar a propagação do mesmo²⁴”.

Em denúncia feita pelo Dr. Paulo Affonso Campos e publicada na edição de 10 de outubro de 1912 do jornal *A Imprensa*, foi possível perceber no discurso, aspectos da imundície que se alastrava pela cidade de Campina Grande, compactuando com a difusão do reino da bactéria. A cidade teria contra si “a falta absoluta de hygiene e a incredulidade da maioria de seus habitantes, tornando-se por consequência, difícil sem medidas enérgicas, evitar a propagação do mal pestoso²⁵”, o documento ainda relata a falta de

[...] latrinas nas casas, os quintaes sem esgoto, o açude sem sangradouro, servindo de receptáculo a todas as dejectões, as ruas sujas, os hotéis sem asseio, não poderia deixar de sofrer mais dias menos dias a ação de uma doença aterrorizadora como o é a peste bubônica. Tudo isso é horrível e desanimador; porém nada me attestou tanto o atraso daquelle logar como a immundicie do mercado onde é exposta, à venda, a carne verde²⁶.

Chega a ser repetitivo a forma com que o jornal *A Imprensa* insiste em denunciar a insalubridade da cidade campinense. Na mesma edição de 10 de outubro de 1912 o

²³ *A Imprensa*, 7 out. 1912.

²⁴ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

²⁵ Idem, p. 06.

²⁶ Idem.



jornal reserva duas reportagens contendo quase que exclusivamente a descrição da falta de higiene nas ruas, nas casas, em determinados pontos da cidade. “Para quem apellar?”. Assim perguntava mais um telegrama, seguido da descrição fétida da cidade:

Continua aqui a mortandade dos ratos e gatos. Hontem verifiquei que haviam ratos mortos pelas ruas. Não foi tomada nenhuma providencia sobre o péssimo estado hygienico da cidade: os porcos continuam a perambular pela cidade como se fossem cidadão estrangeiros em terra conquistada; os quintaes das casas são verdadeiras estrumeiras. É a porcaria triumphando. [...] Entre outras belezas municipaes, existe aqui, atrás da casa do Monsenhor Salles, logar para onde convergem os fundos de diversas outras casas um monumento de lixo... perto do lixo já se deram casos fataes²⁷.

O “triufo da porcaria”, a vitória da imundície. Campina Grande vivenciava alto índice de insalubridade. Segundo o relato acima, existiam espalhados pela cidade monumentos de lixo, porcos que andavam pelas ruas disseminando maus odores, distribuindo lixo por toda parte. A denúncia revela o estado de abandono da Rainha por parte dos poderes públicos.

Em algumas cidades como Recife e Campinas já policiavam por meio de seus inspetores de higiene os bairros e zonas almejando a higienização dos espaços. Portanto, como nos mostra José Tavares Correia de Lyra²⁸ ao afirmar que a desodorização dos espaços públicos se estendia para dentro das habitações urbanas. Em seus quintais, por exemplo, seria proibida a criação de porcos, não se podia conservar qualquer uso que seja de fogões ou fogareiros, muito menos acumular lixo na frente das casas, ou ainda permitir jogar águas na rua até uma determinada hora do dia. Da mesma forma, pessoas embriagadas e animais como cães, cabras, ovelhas e porcos, seriam igualmente impedidas de divagar pelas ruas e praças da cidade. Tão pouco correr cavalos pelas ruas e pontes da cidade seriam permitidos.

A situação começa a tornar-se preocupante em Campina Grande com o aumento do número de vítimas infectadas com a peste bubônica, fazendo com que “algumas

²⁷ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

²⁸ LIRA, José Tavares Correia de. Recortes da cidade: códigos da divisão e da vida comum no império. **VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, Natal, n. 6, 2000, p. 65-91.



famílias alarmadas resolvam retirar-se da cidade”²⁹, em especial devido à chegada de outra peste que também serviu para aumentar o medo, o número de doentes e o índice de mortos: tratava-se da varíola. Sua chegada preocupou mais ainda a população e os médicos sanitaristas. Sequer havia-se combatido a peste bubônica, e já se registravam casos de varíola, era como “se aquela cidade parahybana fosse um pedaço do litoral asiático onde reinam as epidemias malárias e os povos nômades da barbárie”³⁰. Diziam os médicos que: “a situação de Campina Grande é de causar piedade”. A necessidade de investir na reestruturação do espaço somava-se a exigência de limitar os contatos e comunicações entre grupos e indivíduos, o que recomendava a construção de hospitais e cordões sanitários no combate aos focos epidêmicos. Fazia-se necessário combater as epidemias. Era preciso exterminar a imundície.

O combate ao “triumfo da porcaria”

“O poder público, com sua compreensão nítida de suas graves responsabilidades, deve prover as necessidades públicas”. Assim respondia o Dr. João Teixeira de Vasconcelos a mais uma inquietação do jornal *A Imprensa*, afirmando o empenho e dedicação do governo estadual no combate a peste bubônica. Para isso, medidas foram tomadas e publicadas nas páginas dos jornais, em especial, no semanário católico que destacava em suas páginas o pedido de socorro da “Rainha da Borborema”, bem como, as medidas tomadas pelos poderes, municipal e estadual.

Detectar os primeiros casos ia além de perceber um sujeito acometido de febre alta acompanhada de delírios. A preocupação parece mesmo se intensificar com o aparecimento de tumores espalhados pelo corpo dos pacientes. As características do corpo adoecido lembravam aquelas dos acometidos de peste bubônica, o que seria possível devido ao contato feito diariamente com a cidade do Recife que havia naquele mesmo ano registrado alguns casos confirmados. O povo alarmado pelo medo de ter seu corpo invadido pelo mal passou a exigir confirmações e métodos urgentes de combate à doença.

²⁹ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

³⁰ *A Imprensa*, 24 out. 1912.



Ao chegar à cidade de Campina Grande, o bacteriologista Octávio de Freitas, realizou exames num homem que sentia febre, delírio e bubões pelo corpo, em seguida, deu seu ultimato: “O caso suspeito de que tractei hontem foi averiguado ser peste bubônica, e acaba de aparecer a notícia de outro caso suspeito, logo que se proceder a averiguação mandarei as informações que me cumprem”³¹. Em pouco tempo a doença ganhava espaço, invadia corpos, destruía famílias, matava esperanças. Seria mesmo a peste bubônica sinônimo de morte? Ao certo, percebemos pelos clamores publicados nos jornais a necessidade de combater o avanço da doença, para isso, medidas de higienização urgiam.

Seria mesmo possível ficar extinto um mal sem medidas rudimentares de higiene como isolamento e desinfecção? Esta era uma das questões que os campinenses interessados no fim da peste se perguntavam. O medo do mal era tanto que alguns médicos afirmavam ser a peste bubônica “uma invasão mais bárbara que a dos cangaceiros!”³². Seria o que Michel Foucault³³ chamou de medo urbano ou medo da cidade, uma espécie de angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos como o medo pelo amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais, medo das epidemias urbanas, dos cemitérios que invadiam as cidades, medo dos esgotos. À medida que a cidade se desenvolvia, crescia a inquietude político-sanitária que se forma em decorrência do desenvolvimento do tecido urbano.

Em pronunciamento de outros médicos como o Dr. Paulo Affonso percebe-se a propagação do medo via utilização de dados danosos a outras cidades: “Quando grassou essa mesma doença em Santa Maria no Rio Grande do Sul, a municipalidade, entre outras medidas enérgicas que tomou, destruiu pelo fogo, diversas casas, consideradas focos do mal, conseguindo extingui-lo em pouco tempo”³⁴.

Tal anúncio aumentava a preocupação das pessoas que tinha contra si “a falta de absoluta hygiene e a incredulidade da maioria dos habitantes, tornando-se por

³¹ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

³² Expressão do diretor da *Repartição de Hygiene* ao referir-se sobre as ações danosas da peste bubônica para as cidades infestadas.

³³ FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.

³⁴ *A Imprensa*. 10 out. 1912.



conseqüência evitar a propagação do *mal pestoso*³⁵. Apesar de ser visível um destaque econômico e um leve processo de modernização a cidade parecia não possuir o mais insignificante serviço de higiene pública. Portanto, uma educação higienista deveria as pressas ser implantada em Campina Grande. A população corria sérios riscos.

O primeiro passo foi seguir o exemplo do estado de Pernambuco em momento de peste: desinfetar os trens que mantinham contato com outras cidades. Almejava-se evitar a chegada da doença a capital, especialmente, num momento em que os casos de acometidos cresciam vertiginosamente. O médico sanitarista Teixeira de Vasconcelos advertia que “é preciso que os trens sofram uma rigorosa desinfecção em Itabaiana e que todos os passageiros que viajarem nesses trens, fiquem sob vigilância da repartição de hygiene³⁶”.

Como sugestão dos sanitaristas o governo, deveria cessar o tráfego da *Great Western* entre a cidade de Campina Grande e qualquer outra localidade, e, até que essa medida seja realmente posta em prática é imprescindível um rigoroso serviço de desinfecção dos comboios que partirem dos locais afetados. As recomendações sugeriam que:

na primeira estação a partir de Campina Grande, enquanto não cessar o tráfego deve haver o pessoal tecnico encarregado de fazer essa desinfecção. É uma medida de óbvia intuição e que ainda não foi deliberada. [...] Os médicos devem em activa vigilância sanitária ordenando a limpeza geral da cidade e cuidado principalmente das casas commerceaes onde existe depósitos permanentes de viveres que abastecem os mercados e as numerosas famílias de ratos³⁷.

“A salvação do povo” era o dever público, por isso, clamavam-se as ações dos poderes públicos. O chefe político do estado Dr. João Machado, que por sinal também era médico, divulgava dispor de “uma solicitude exemplar no que toca a hygiene publica³⁸”.

³⁵ Idem.

³⁶ *A Imprensa*, 03 out. 1912.

³⁷ *A Imprensa*, 14 out. 1912.

³⁸ *A Imprensa*, 03 out. 1912.



De acordo com o relatório da *Diretoria Geral de Higiene* publicada no jornal *A União*, na edição de nove de outubro de 1912, a população deveria ser informada em como se prevenir da doença. Intitulado “Precauções contra a peste bubônica” a edição trouxe a descrição da doença contendo passo a passo as formas de evitar o contágio da doença. O primeiro e principal cuidado refere-se diretamente ao corpo, que deveria ser hígido. Divulgava-se saberes que visavam evitar o contágio com a doença. Por se tratar de uma doença contagiosa o corpo deveria ser protegido, resguardado de todo contato com lugares e objetos suspeitos de infecção, e também, tudo aquilo que pudesse ser digerido. São preceitos de uma educação higienista que começava a ser implantada em momento de risco. De acordo com os preceitos educacionais de higiene publicados n’*A União*, destaco os cuidado com o corpo, sendo possível através do asseio individual, banhos ou “abluições feitas com líquidos antisépticos”³⁹, a higienização das vestes, principalmente das roupas brancas que estão em contato com o corpo, a proteção do “ventre e dos pés contra o frio e a humidade”⁴⁰, a regularização dos hábitos de vida, através da manutenção de um regime moderado, excluindo os alimentos indigestos, irritantes, frutos verdes e de qualquer alimento não cozido; ter “cautella com a água potável que deve ser sempre fervida”⁴¹, evitar as “causas de esgotamento physico e depressões moraes, as vigílias prolongadas e os excessos de qualquer natureza [...] a aglomeração de indivíduos, assim como o contato com pessoas recém chegadas dos lugares contaminados ou suspeitos”⁴², procurar o médico mediante qualquer indisposição, conservar “resguardado e coberta qualquer solução de continuidade da pele, o que se pode conseguir por meio de sparadrappo (sic.) e do collodio elástico”⁴³ e por fim, sair o menos possível à noite, afim de evitar o ar frio e muitas vezes úmido.

A água que protege. Com essa função a água devia ser vista. O banho agora não tinha apenas a função de deixar a pele limpa e cheirosa, mas também a defender o corpo contra o *mal pestilento*. Lavar sempre as mãos e o rosto e utilizar produtos que contivessem etanol, por exemplo, eram desejados para evitar que a invasão da bactéria.

³⁹ *A União*, 09 out. 1912.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.



Tudo que estivesse em contado direto com o corpo também deveria ser asseado. As vestes brancas não possuíam apenas a importância do olhar sobre o corpo, permitia compreender as condições de limpeza do corpo.

Para Georges Vigarello⁴⁴ o traje é também uma estrutura, um arranjo entre os tecidos de cima e os de baixo, por exemplo, uma espécie de arquitetura entre os materiais. Nesse sentido, a roupa de baixo seria a pele, protegida pela roupa de cima – traje, de lã, etc – com a importância de proteger o que está recoberto. É aí que mora o jogo da limpeza: a troca de roupas requer a limpeza da pele com água, bem como, a limpeza das outras roupas que se encaixa sobre a pele. Dessa forma, a limpeza corporal vai ganhando destaque nas sociedades e, em especial, trava uma guerra com o mundo das doenças, da sujeira, do caos.

O mesmo asseio serve para os alimentos ingeridos e com a água que se bebe. Buscar a procedência parecia ser uma forma de torná-lo consumível. Manter distante do contato das moscas e dos lugares de alcance dos ratos era lei. Qualquer descuido na higiene poderia ser fatal nos tempos da peste. Por ser uma doença que “penetra no organismo pelas feridas, escoriações e qualquer solução continuidade existente no corpo e nas vias respiratórias e digestiva⁴⁵” era aconselhável afastar-se dos lugares fechados e muito habitados, em especial nos horários noturnos onde Campina Grande torna-se mais fria e úmida.

Ora, essas primeiras medidas estão relacionadas diretamente ao corpo, as normas de conduta dos indivíduos. Os primeiros cuidados dizem respeito ao asseio do corpo, ele deve ser hígido, limpo. Tudo que seja associado à sujeira, a imundície deve ser afastado de si. É sem dúvida uma ação histórica que esteve presente no processo de higienização do corpo na Paraíba. Conforme Peter Burke⁴⁶ a história do corpo surge a partir da história da medicina, portanto, é por meio das doenças que se faz necessário expurgar a imundície, afastar de si todas as características que possam representar sinais propícios para as doenças.

⁴⁴ VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**. Uma história da higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 58.

⁴⁵ *A União*, 09 out. 1912.

⁴⁶ BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 68.



Recaíam sobre os domicílios normas de conduta divulgadas pela *Diretoria Geral de Hygiene*. Dentre eles estavam: “não receber pessoas vindas de outros lugares contaminados que podem ser portadores da moléstia”⁴⁷, “ter todo cuidado em relação a procedência dos gêneros alimentícios que devem ser de boa qualidade e não venham de lugar suspeito”⁴⁸, nos lugares mais íntimos da vida privada, prezar pela pureza do ar, por espaços arejados, bem ventilados, além de “manter o maior asseio possível das casas tendo especial atenção não só para o assoalho como para as paredes e móveis que devem ser limpos por meios de pannos ou esponjas humedecidas em líquidos antisepticos”⁴⁹ e sempre lavar com água fervendo todos os utensílios domésticos.

Essa forma de asseio domiciliar tem a função de combater diretamente a difusão da doença e de seus agentes como os insetos e parasitas, como as pulgas e os ratos. Afinal, onde existe a peste “a destruição desses parasitas são de grande valor”⁵⁰. Dentre as medidas de indicação no combate a peste bubônica, salienta-se que o corpo deve ser protegido do invasor. É possível imaginar que tais medidas profiláticas de higiene nas casas ficavam a cargo das mulheres, pois são responsáveis pelos cuidados domésticos, especialmente no início do século passado. Possivelmente, na cotidiana tarefa de limpar, cozinhar, passar, elas assumiram cuidados de grande valia para combater a proliferação da peste.

A questão de assegurar a pureza do ar em uma cidade foi uma das questões discutidas por Michel Foucault sobre a medicina urbana. As construções altas e aglomeradas impediam o ar sadio, bloqueavam sua circulação nas casas, nos recintos. Manter os espaços arejados no espaço urbano era, portanto, manter o bom estado de saúde da população. Para o autor,

o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por vincular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta

⁴⁷ *A União*, 09 out. 1912.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ *Idem*.



*sobre o corpo. O ar era, então, considerado um dos grandes fatores patógenos*⁵¹.

Enfim, a boa circulação do ar, assim como a limpeza da água era sem dúvida preocupação central da medicina urbana, por meio de seu abastecimento e controle. Assim, assegurar a boa qualidade destes seria o mesmo que garantir a não difusão da peste para outras pessoas e lugares.

Os jornais se encarregavam de explicar todas as medidas a serem realizadas dentro dos domicílios. Em “Sobre a peste bubônica”, publicada na edição de 11 de outubro de 1912, postulou-se que não bastava travar uma luta contra a doença, mas em especial contra o seu transmissor: os ratos. Assim, “para destruir os ratos o melhor processo é apanhá-los por meio de ratoeiras, matando-os depois com água fervendo”⁵² como também os “cães rateiros e os gatos também podem ser empregados para caçá-los, mas é preciso ter cuidado com estes animais que podem adquirir a peste e tornarem-se fontes de contágio”⁵³. Outra medida que pode ser adotada é o envenenamento dos ratos por “meio de crassa fosforada estendida entre duas fatias de pão e queijo, ou por meio de arsênico”⁵⁴.

A caçada começava. Na corrida entre gatos e ratos era preciso manter o cuidado, pois mesmo morto o rato poderia

*transmitir a doença, portanto, não deve-se tocar nos cadáveres senão depois de ter despejado água fervendo sobre eles, afim de destruir as pulgas que os infestam, um outro meio eficaz de destruir esses parasitas consiste em ensopar de querosene o cadáver do rato e atear fogo*⁵⁵.

Inúmeras outras medidas foram indicadas pelos relatórios: isolar objetos, limpar salas e quartos, não deixar em hipótese alguma resto de alimentos, desinfetar diariamente os aparelhos sanitários, lavar tudo com água corrente, assear usando sulfato de cobre e de ferro com ácido carbônico, não acumular lixo, ter o maior cuidado na

⁵¹ Apud FOUCAULT, 2009, p. 90.

⁵² *A União*, 11 out. 1912.

⁵³ Idem.

⁵⁴ *A União*, 11 out. 1912.

⁵⁵ Idem.



alimentação e nas bebidas, dentre outras. Qualquer solução de destruição para os ratos, gatos e bactérias era bem vindas, porém, nas ruas “nem ao menos um pouco de pixe ou kerosene foi queimado sobre os detritos infecciosos que se acham amontoados”⁵⁶.

O jornal *A Imprensa* relatou a situação de algumas casas consideradas insalubres. A notícia revelava que:

*Existe um quarteirão chamado dos sete quartos pelas sete espeluncas lá existentes. Do quintal destes quartos sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitárias, desprendem um mal cheiro insuportável, toda sorte de detritos e porcarias acumuladas. É este um fato digno de visitas rigorosas da Hygiene pelo estado sanitário, de nossa cidade que não é dos melhores e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão de certo, a petisqueira da imundície como esta de que falamos*⁵⁷.

Contra situações do tipo, a *Comissão Médica da Hygiene Pública* começou a fazer a desinfecção nas casas em que moravam pessoas vítimas de bubônica e na sua vizinhança. Também contratou carroças para mandar realizar a limpeza das ruas e destruir os monumentos de lixo que se erguiam nas vias públicas de Campina Grande.

Mesmo diante de tais medidas, a peste assombrava. Como medida de precaução foi votada pelos deputados estaduais uma lei que culminou com a criação de um hospital para o isolamento de todos aqueles que contraíram a doença no Estado. A *Lei 578*, de 26 de outubro de 1912, determinava ainda a construção nesse hospital de um forno de incineração para queimar todos os cadáveres resultados da peste bubônica. Era preciso eliminar todas as possibilidades de contágio. Nesse sentido, medicalizar seria enviar os portadores da peste para fora na tentativa de purificar os outros, um lugar fora dos muros da cidade onde o doente iria misturar a peste com a peste dos outros, o que seria uma prática historicamente inconcebível tratando-se de peste bubônica. Segundo Michel Foucault,

o poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um,

⁵⁶ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁵⁷ *A Imprensa*, 21 out. 1912



constatar o estado de saúde de cada um, ver se estar vivo ou morto e fixar, assim,, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo de todos os fenômenos.

Ou seja, a peste não caberia mais a exclusão, mas o internamento, não mais o enclausuramento fora da cidade, mas sim, sua análise minuciosa, individualizada, observação constante, o método da vigilância, uma educação médico-sanitária militar, revista diária. Para isso, fazia-se necessário analisar os “lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos”⁵⁸.

De acordo com os jornais⁵⁹ que versaram sobre a peste bubônica, na cidade de Campina Grande, quase nenhuma atuação do poder municipal foi citada nas reportagens. Nesse tempo, governada pelo Capitão Christiani Lauritzen, a cidade parecia estar entregue as moscas, ou melhor, ao lixo, pois, a limpeza desta, era obrigação da Prefeitura Municipal. Nas reportagens, as únicas referências destinadas ao político são clamores por ações de higiene urbana:

Ao ilustre Capitão Chistian Lauritzen levamos em nome a população campinense uma súplica de misericórdia, para que S.S. faça com que a gente ás suas ordens mande proceder um serviço de saneamento nas ruas da cidade de Campina Grande, porque do contrário a peste dali dificilmente se arredará⁶⁰.

Nesse momento, em que Campina Grande parecia um imenso hospital, a atenção voltada para a saúde tinha por princípio constitucional a autonomia estadual e

⁵⁸ Apud FOUCAULT, 2009, p.89.

⁵⁹ O jornal *A Imprensa*, enquanto veículo midiático cristão buscou mostrar as faces nebulosas do mal pestoso, afim de, concretizar uma educação higienista urbana e dos corpos não só em Campina Grande, mas nas cidades em que o jornal circulava. Sem dúvidas, os espaços invadidos pela doença possuíam monumentos de lixo, porcos passeando as ruas como cidadãos, açudes pútridos, ruas com esgotos a céu aberto, uma população desinformada. As pessoas disputavam os espaços com gatos, ratos, cães. A sujeira parecia reinar. Assim estava Campina Grande em 1912. Assim, *A Imprensa* nos revelou Campina por meio de seus discursos.

⁶⁰ *A Imprensa*, 10 out. 1912.



municipal, restringindo assim uma ação coordenada em âmbito federal. É o que afirmam Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman⁶¹:

No arranjo federativo cabia aos poderes locais o cuidado com a saúde da população. Ao governo federal competia às ações de saúde no Distrito Federal, a vigilância sanitária dos portos e a assistência aos estados da federação, em casos previstos e regulados constitucionalmente. O órgão federal responsável era a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), criada em 1987 como parte da estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁶².

Porém, vale ressaltar que toda atuação no combate a proliferação da bubônica, na educação higienista e na limpeza da cidade, ficou exclusivamente a cargo do poder estadual, que também contou com ajuda do governo federal que “atendendo o pedido do Dr. João Machado, vai mandar para Campina Grande uma comissão de médicos fluminenses que trazem a incumbência de adotar as medidas necessárias para a extinção da peste em Campina e os meios de prevenir a sua invasão nas outras partes do estado”⁶³. Esse fato fez a “população estar ansiosa pela chegada dos médicos que vem do Rio de Janeiro”⁶⁴ que dispunham de meios absolutamente suficientes e eficazes para a profilaxia da cidade.

O mesmo se deu em relação ao *surum anti-pestoso*, que a mando do Dr. João Teixeira de Vasconcelos em tempos dos primeiros casos de peste bubônica pediu para o Rio de Janeiro uma remessa de cem tubos do líquido “milagroso”, que após chegar à capital, o Diretor mandou seguir para Campina Grande cinquenta tubos para serem utilizados na cura dos pestilentos.

Sobre a atuação médica, Michel Foucault postulou a organização de um saber médico estatal que seria “a normalização da profissão médica, a subordinação de vários médicos a uma administração central e finalmente a integração de vários médicos em

⁶¹ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, G., “Condenado pela raça, absolvido pela Medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira República”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs), **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ FCBB, 1996, pp. 21-40.

⁶² Idem, p. 23.

⁶³ *A Imprensa*, 10 out. 1912.

⁶⁴ *A Imprensa*, 14 out. 1912.



uma organização médico estatal”⁶⁵. Dessa forma, estava teoricamente organizado o *Serviço de Higiene Pública do Estado da Paraíba*, dispondo de funcionários médicos nomeados pelo governo com a responsabilidade sobre uma região, seu domínio de poder ou de exercício a autoridade de seu saber. A existência de uma hierarquia médico-sanitária era notória. A repartição possuía uma direção localizada na Capital, e vários médicos Delegados de Higiene que possuíam a responsabilidade sobre uma população entre seis e dez mil habitantes, como era Campina Grande em 1912. As regiões com população superior a “trinta e cinco mil habitantes ficavam sob a responsabilidade do médico administrador”⁶⁶, que em geral era o diretor do *Serviço*.

Essa forma de organização possibilitou acumular informações médicas sobre a população, detectando epidemias, falta de salubridade, taxas de natalidade e mortalidade, ausência de higiene pública, dentre outras. Na Paraíba, esse tipo de trabalho deveria ser desenvolvido pelos Delegados de Higiene que, por sua vez, deveriam enviar as devidas informações em forma de relatório diário à administração superior. De fato, a atuação desses profissionais acontece quase que exclusivamente em momentos de perigo, em tempos de epidemia.

Com a atuação do *Serviço Público de Higiene do Estado da Paraíba* percebe-se que este fora eficaz apenas no discurso, em especial nas edições dos jornais lançando medidas possíveis de evitar a proliferação da doença. Na prática as coisas não funcionavam da mesma forma. Ainda era pequeno o número de médicos sanitaristas, e os que existiam, estavam concentrados na capital, deixando as repartições de higiene das cidades em estado de abandono. Enquanto isso, o imenso hospital em que Campina Grande se tornara, sofria com a peste bubônica, criando cotidianamente suas metáforas.

Vale ressaltar ainda, que os jornais - *A Imprensa* e *A União* - foram naquele ano manuais pedagógicos para a população amedrontada pelo espectro da doença e da morte. Periódicos que divulgaram uma cidade sombria, doente, suja e fedorenta. Uma rainha que teve seu corpo invadido por uma bactéria mortífera, que queria ter o corpo da cidade só para si, com suas ruas, praças, casas, seus habitantes. Poderiam ter visto de outro modo, mas preferiu-se divulgar uma cidade onde o caos se instalou, uma

⁶⁵ Apud FOUCAULT, 2009, p.84.

⁶⁶ Idem.



geografia em que a erva daninha da peste enramou por todos os lados. Uma doença que modificou o olhar sobre as espacialidades: o desenvolvimento econômico e os sinais da modernidade cederam lugar a uma paisagem em que o ar deixou de ser puro, ganhou um grupo de pestilentos, vítima da festa dos ratos, falta de educação higiênica e abandono dos poderes públicos. Da mesma forma que o trem era puxado pela “cabeça de burro”, a cidade passou a ser vista como fantasma, contaminada pela doença, guardada pelos soldados do mal. O espectro que rodeava a cidade fazia a população lembrar de forma saudosa os tempos de passado sem dor e sem medo, longe do atroz destino. O lendário monstro foi combatido, mesmo que de forma precária, pelo *Serviço de Hygiene*, expulsando-o para longe dos aposentos da Rainha.

O governo paraibano tentou tomar providências cabíveis quando começaram os primeiros rumores sobre a peste bubônica em Campina Grande, é o que mostra Iranilson Buriti de Oliveira⁶⁷, ao afirmar que as providências tomadas foram insuficientes, dando visibilidade a incapacidade do Estado em resolver problemas mais sérios de saúde pública: a fragilidade dos serviços de higiene no Estado e a falta de políticas de erradicação de doença e moléstias que atacavam o corpo paraibano. A *Imprensa* denunciou o pouco interesse dos poderes públicos em solucionar a peste, bem como uma cidade, que, em seu interior, estava recheada de sujeira, pavor, doença e arrepios.

As doenças possibilitam observar inúmeras metáforas. Podem ser vistas de duas formas: as dolorosas, mas curáveis, e as possivelmente fatais. Assim, a imagem da doença é utilizada para exprimir a preocupação com a ordem social. Tal imagem evidenciou que, em Campina Grande, a saúde pública era algo desejado em 1912, para isso, era necessário combater o mal. A doença deveria ser varrida dos aposentos da Rainha, como outras medidas: o combate à sujeira, aos monumentos de lixo, ao triunfo da porcaria. Tais metáforas não projetam a ideia de uma doença dominante e específica, pois o que estava em questão era a saúde pública.

Recebido em: 04/03/2010

Aprovado em: 25/09/2011

⁶⁷ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Os médicos e os ratos: a bubônica em Campina Grande e a instauração de uma estética do medo. *Jornal Brasileiro de História da Medicina*, v. 12, p. T61, 2008, p. 8.



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2011
www.veredasdahistoria.com

Ano IV - Ed. 1 - 2011
ISSN 1982-4238

Veredas da História



www.veredasdahistoria.com